

Última Aposta

Com a sinceridade que lhe confere credibilidade, a despeito dos altos índices inflacionários à vista, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, reconheceu o fracasso do Plano Verão: "Fizemos uma aposta alta", disse, a título de *mea-culpa* pela incapacidade do governo para controlar o seu déficit. Poderia ter dividido a responsabilidade com o Congresso, que rejeitou as demissões de funcionários públicos, os planos de privatização e a extinção de estatais, mas não o fez.

A atitude do ministro da Fazenda é construtiva. Ela não foge do problema central da crise econômica brasileira, que é a falência financeira e administrativa do Estado que caducou. O Congresso preferiu, quando avaliou o Plano Verão, não se comprometer com medidas duras e impopulares. A burocracia também conspirou para impedir o governo de cortar nas próprias despesas, pois desapareceria o privilégio de receber sem trabalhar. O próprio governo não demonstrou disposição de negociar com o Congresso a aprovação das medidas saneadoras.

A ameaça de hiperinflação não saiu do horizonte com a volta da indexação diária do câmbio, da moeda e dos impostos. Mas surgiu uma luzinha no fim do túnel indicando que a austeridade pode nascer da emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhada pelo deputado José Serra, do PSDB paulista, e aprovada na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Tudo depende agora do comportamento do Congresso quando da votação em plenário. Se a emenda que amarra o orçamento de 1990 for rejeitada, estará caracterizada a falta de sintonia dos políticos com as aspirações de estabilidade da moeda e dos preços, presentes na sociedade.

Uma corrente do pensamento nacional, com larga acolhida no meio político, ainda acredita que o Estado é o promotor do crescimento econômico. As evidências do atraso, em função da falência do Estado brasileiro, não parecem sensibilizar os políticos. Há uma década a expansão econômica é quase nula em relação ao aumento populacional. No sudeste asiático países onde o peso do Estado é limitado exibem taxas de crescimento de mais de 10% ao ano, que estão longe na memória dos brasileiros. Infelizmente ainda se cultua no Brasil o discurso desenvolvimentista também em setores empresariais.

Essa tese prosperou no governo Kubitschek e

no período militar. Na democracia, o crescimento veio das emissões monetárias para cobrir os gastos do governo com obras de infra-estrutura — que construíram as grandes empreiteiras. Reservas de mercado foram criadas para a implantação da indústria de bens de consumo durável, permanecendo em vigor mais de trinta anos depois. Esse modelo gerou uma inflação que já se julgava violenta nos anos 60. A ortodoxia fiscal de 64 e a introdução da correção monetária permitiram o saneamento do Estado e a derrubada rápida da inflação.

A partir de 67 o desenvolvimento foi retomado. Os créditos oficiais eram concedidos generosamente, a dívida externa foi acelerada, e a criação de novos instrumentos de poupança compulsória, como o Pis e o Pasep, permitiu o financiamento de longo prazo. O processo foi intensificado após o choque do petróleo, quando o Estado indicou as áreas que ia proteger no II PND, visando a substituir importações. Já então cresciam mais velozmente as dívidas externa e interna.

A escalada dos juros internacionais em fins de 78, quando se desenhava nova alta no preço do petróleo, recomendava o rigor orçamentário e o corte nos gastos públicos defendido no início do governo Figueiredo pelo ministro Mário Henrique Simonsen, que pregava a redução do crescimento do Produto Interno Bruto para 3% a 5% nos primeiros dois anos de governo. Mas os empresários protestaram. E as correntes políticas desenvolvimentistas retomaram o comando da economia com Delfim Netto no Planejamento. Em 83, o próprio ministro chegou a criticar os empresários que "mamam nas tetas do governo". Já era tarde.

O desfecho resultou na escalada da inflação alimentada pelo voraz déficit público que impulsiona as emissões monetárias e a dívida interna, depois que a dívida externa deixou de apoiar o crescimento em 82. O governo Sarney oscilou entre a austeridade e o desenvolvimentismo, por falta de sustentação política. A primeira opção, feita por Tancredo Neves e caracterizada na gestão Francisco Dornelles, durou pouco pela natural impopularidade do caminho proposto. Veio a fórmula mágica do choque heterodoxo, que prometia acabar com a inflação e reabrir as portas do crescimento. Como o Estado não reduziu seus gastos, a ilusão durou pouco. A última aposta caiu agora por terra depois de cinco meses.